



GRUPO PARLAMENTAR DO MOVIMENTO
PARA A DEMOCRACIA
Gabinete de Comunicação

DISCURSO 13 DE JANEIRO

A Nação cabo-verdiana comemora hoje, o dia **13 de janeiro**. Dia da Liberdade e da Democracia, mas também, **dia** para renovar e reforçar o compromisso de todos com os princípios e valores da Liberdade e da democracia que estão plasmados na Constituição de 1992.

É, pois, com justificado orgulho que, em nome do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, nesta oportunidade que, com justiça, desde 2017 a dignidade da pessoa humana passou a ser celebrada com uma Sessão Solene nesta Assembleia Nacional, rendo, **a mais profunda homenagem** a este povo cabo-verdiano, que, no seu percurso multiseccular, tem sabido lutar e conservar a sua liberdade e a sua caminhada de progresso.

Orgulhosos de usufruirmos de uma Democracia Liberal e Constitucional, porque faz dos direitos invioláveis e inalienáveis dos cidadãos o fundamento da comunidade humana, da paz e da justiça e, pressupõe a subordinação do Estado à Lei, impõe pesos e contrapesos aos poderes do Estado, proclama a igualdade de todos perante a Lei, institui a independência dos Tribunais e assegura a separação entre as Igrejas e o Estado.

Orgulhosos, porque, neste ano 2022, comemoramos **os 30 anos** da Constituição da República que institui o regime das liberdades e o Estado de Direito Democrático em Cabo Verde. Na verdade! Se 13 de Janeiro de 1991 representa a data em que se realizaram as primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, 25 de setembro de 1992, representa a entrada de Cabo Verde no concerto das nações com Democracia Liberal Constitucional plasmada na sua Constituição.

São, indubitavelmente, dois marcos importantes da história recente de Cabo Verde, que trouxeram aos cabo-verdianos, Liberdade Política, Liberdade Económica, Boa Governança, Direitos, Liberdades e Garantias, bem como a Dignidade da Pessoa como valores a serem protegidos.

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro-ministro

O 13 de Janeiro marca o início de um percurso vitorioso de Cabo Verde, como País livre, plural e democrático, reconhecido dentro e fora do País, como um farol de democracia.

Não obstante, os constrangimentos de todos conhecidos, hoje, 31 anos volvidos, Cabo Verde goza de uma prestigiada e solida democracia e ordem constitucionais, politicamente credível aos olhos do mundo e da comunidade internacional, fundada

nos Partidos políticos e numa sociedade civil que se quer, todos os dias, cada vez mais fortes, mais resiliente e exigente, com confiança no nosso Sistema de Governo.

Cabo-verdianas e Cabo-verdianos

É sempre motivo de grande orgulho, ver Cabo Verde citado como exemplo e modelo a ser seguido em matéria de Democracia, Estado de Direito e Desenvolvimento, mas quando estes elogios partem de reputadas Organizações Internacionais, como aconteceu no passado dia 10 deste mês nas Nações Unidas, temos de reafirmar que a opção tomada em 1991 que proclamou o 13 de janeiro como dia da Democracia e da Liberdade foi, efetivamente, acertada.

A estabilidade conseguida e vivenciada nestes 31 anos de Liberdade e Democracia, fez com que, entre nós, hoje, por exemplo, as eleições deixassem de ser “notícias”, conquanto agenda política estável que a nação muito bem soube construir para, no seu lugar e no seu tempo, serem noticiadas as propostas políticas que cada ator político, partido ou candidato apresenta em cada ato eleitoral, porquanto tudo deve funcionar em nome do povo que nos elege e nos mandata.

Graças à sua democracia, às suas instituições e os seus governos, reconhecidos e elogiados internacionalmente, **Cabo Verde** é um país bem posicionado nos rankings mundiais de Liberdades Políticas e Cívicas (Freedom House), da Qualidade da Democracia (Democracy Index), Índice Mundial da Liberdade de Imprensa (Repórteres Sem Fronteiras) de Boa Governança (Mo Ibrahim Index e Worldwide Governance Indicators do Banco Mundial), Perceção de Corrupção (Transparency International), entre outros.

Ainda no tocante ao reconhecimento internacional da democracia cabo-verdiana, não podemos deixar de evidenciar aqui e agora, o facto de Cabo Verde, ter sido distinguido recentemente pelo Presidente Joe Biden dos EUA, com a honrosa participação do Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, no grupo restrito de 12 chefes de Estado e de Governo que discursaram na célebre cerimónia de abertura do Fórum da Democracia.

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro-ministro

Senhoras e Senhores deputados

Senhoras e Senhores

Em contexto de pandemia muitos foram os países que viram os seus índices de democracia a regredirem, por um lado, porque as dúvidas e as incertezas levaram as instituições de controlo a cederem, mas também porque, de certa forma, as sociedades interiorizaram a ideia de que era preciso ceder parte da nossa liberdade para que se pudesse proteger a saúde. Muitas democracias recuaram e processos eleitorais foram adiados.

Em Cabo Verde, a opção foi no sentido da defesa da Democracia e do princípio da renovação da legitimidade popular, pelo que, como tinha de ser, a Democracia não foi suspensa nem se tentou criar subterfúgios para adiar o escrutínio popular.

Mais uma vez, a maturidade da Democracia Cabo-verdiana, bem como das suas instituições, ficou patente, no último ciclo eleitoral vivenciado no País, pois, em plena Pandemia do Covid-19, no espaço de um ano civil, entre outubro 2020 a outubro 2021, enfrentamos com sucesso, três processos eleitorais (autárquicas, legislativas e presidenciais), com tranquilidade, transparência e segurança eleitoral, onde o povo expressou a sua razão, na dimensão e tamanho que bem entendeu e que, mereceu, o pronto acolhimento dos concorrentes.

Uma referência muito especial ao trabalho desenvolvido pelo NOSI que, com recurso ao digital, conseguiu, em tempo extraordinário (mesmo para os países desenvolvidos), fazer a compilação e divulgação dos dados.

Contudo, **não podemos baixar a guarda.**

Temos assumido que a Democracia é uma construção permanente e não a podemos dar nunca, como dado adquirido, pelo que temos de estar sempre alerta e reafirmar, sempre, a nossa rejeição por qualquer forma de autoritarismo ou totalitarismo, sem se esquecer que, vivemos num contexto mundial atual de riscos e ameaças de populismo, extremismos, manipulações e fake news globalizados pelas redes sociais. Nenhum país está imune a esses fenómenos. Por isso, é preciso cuidar, proteger e aprimorar a Democracia, o ativo mais importante de Cabo Verde e o garante da estabilidade do país.

A nossa opção é pelos princípios e valores de defesa da liberdade e da dignidade humana.

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro-ministro

Senhoras e Senhores

O estádio atual da nossa Democracia, interpela-nos, na luta constante para o seu aperfeiçoamento, a dar passos significativos para o reforço de pilares, tidos por essenciais, para a sua robustez e consolidação, nas áreas da Comunicação Social, da Justiça, das instituições e da Administração Pública.

A **Comunicação Social**, é vital para a Democracia e, seguramente, não há Democracia sem uma imprensa livre e pujante. O Governo e o MpD, partido que o sustenta politicamente, são pela independência dos órgãos públicos e privados de Comunicação Social e tudo faremos para contribuir para a sua sustentabilidade.

Nos últimos anos, o Governo de Cabo Verde, deu sinais claros daquilo que se pretende para o setor da Comunicação Social, designadamente da RTC. Uma Empresa Pública de Rádio e Televisão, independente e comprometida com a prestação de um serviço público.

Podemos afirmar com segurança, que não existe interferência do poder político na administração e na linha editorial da RTC ou de qualquer outro órgão. Convém referir que os membros do Conselho da Administração são escolhidos por um Conselho Independente, que tem a nobre missão de fiscalizar e supervisionar internamente a RTC. A empresa goza de autonomia administrativa e financeira,

segundo os seus estatutos aprovados em 2019, para não falarmos da ARC, enquanto autoridade independente que faz a regulação do setor.

Têm-se registado avanços importantes e medidas com impacto no reforço da independência e qualidade dos órgãos públicos que vêm sendo tomadas, para além das previstas no programa do Governo. Porém, torna-se necessário melhorar o pluralismo político e que todos os profissionais e direções da Comunicação Social do Estado, assumam de facto a missão de serviço público como uma atitude permanente de isenção, livre da partidarização.

Não podemos deixar de fazer referência ao importante papel que a Comunicação Social do Estado deve ter na informação às nossas comunidades emigradas, de resto, previsto no quadro da modernização da TCV.

A **Justiça efetiva, preventiva, célere e acessível**, assim como a **prevenção e combate à corrupção** são pilares importantes para sustentar e aprimorar o Estado de Direito Democrático e a confiança nas instituições e na economia. De 2016 a esta parte, são assinaláveis os ganhos neste setor.

O Governo deu centralidade à Justiça. Respondeu aos desafios de aumentar a eficácia da administração da justiça e acelerar a tramitação processual com medidas de reforma legislativa nos domínios mais relevantes da justiça, da capacitação e modernização tecnológica do sistema judiciário e medidas para aumentar a produtividade dos magistrados, oficiais de justiça e oficiais dos registos notariais e identificação, com resultados palpáveis, não obstante os efeitos da pandemia do Covid-19 causados na atividade judiciária.

No que diz respeito à **prestação de contas, prevenção e combate à corrupção**, como principais medidas tomadas pelo Governo politicamente suportado por este Grupo Parlamentar, destacamos:

- Novo estatuto do Tribunal de Contas, com o reforço de competências desse Tribunal;
- Publicação e divulgação de contas públicas (contas mensais, trimestrais; Contas do Estado);
- Novo Modelo de Gestão de Fundos Públicos (FT, FA) e das Empreitadas de Obras Públicas (desvios/adjudicações diretas);
- Adesão de CV a Fóruns e Convenções Internacionais de Transparência Fiscal, designadamente, ao Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações Fiscais e Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal;
- Medidas para aumento da transparência no recrutamento e seleção de pessoal na Administração Pública;
- Transparência nas aquisições públicas (Revisão do Código de Contratação Pública);
- Relações financeiras com as ONG-s e Associações (regulamentado, editais);
- Sistema de registo e publicação de beneficiários de prestações sociais (pensões RNC, RSI, ...) e de transferências às ONG-s e Associações;
- A criação do Conselho de Prevenção da Corrupção, que aguarda a eleição de dois dos membros pelo Parlamento.

Quanto à Administração Pública, não raras vezes, a questão da sua partidarização é trazida a este Parlamento. É um problema com origem no regime de Partido/Estado que foi rompido em 1991, mas as atitudes mantiveram-se em funcionários, chefias e dirigentes. É preciso que a missão de Serviço Público se sobreponha a qualquer outra atitude ou agenda. Não é o partido político que paga o salário do funcionário, do dirigente ou da chefia, mas sim o Estado, os impostos de todos os cabo-verdianos. É ao Estado que os agentes da administração pública devem servir com profissionalismo e imparcialidade.

Contudo, é algo que deve ser encarado e combatido por todos os sujeitos políticos, pelas instituições e pelos cidadãos. Neste sentido, não podemos deixar de realçar, as Medidas para aumento da transparência no recrutamento e seleção de pessoal na Administração Pública, levadas a cabo pelo Governo chefiado por Ulisses Correia e Silva.

Por último, **Sr Presidente da N**, não podemos deixar de evidenciar uma vez mais, a necessidade do Parlamento eleger os Órgãos externos à Assembleia Nacional, que exigem a maioria qualificada dos seus membros. Sabemos que é uma preocupação de V. Ex^a e neste sentido, saudamos os entendimentos entre os Partidos políticos com assento parlamentar, que se perspetivam no horizonte próximo, sobre tão importante matéria, para atingirmos a normalidade do funcionamento das instituições envolvidas.

Democracia e Liberdade. Sempre!

Bem-haja o 13 de janeiro.